



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Juscimara Santos Honorato

**EDUCAÇÃO DO CAMPO:
Caminhos Para Soberania Alimentar e Formação Continuada de
Professores da Rede Pública do Território dos Inconfidentes em Minas
Gerais**

**Mariana
2022**

Juscimara Santos Honorato

**EDUCAÇÃO DO CAMPO:
Caminhos Para Soberania Alimentar e Formação Continuada de
Professores da Rede Pública do Território dos Inconfidentes em Minas
Gerais**

Artigo científico apresentado como requisito para a conclusão do curso de pedagogia do Departamento de Educação, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientador: Profº Drº Marcelo Loures dos Santos

**Mariana
2022**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

H774e Honorato, Juscimara Santos.

Educação do campo [manuscrito]: caminhos para soberania alimentar e formação continuada de professores da rede pública do território dos Inconfidentes em Minas Gerais. / Juscimara Santos Honorato. - 2022.
20 f.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Loures dos Santos.
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia .

1. Educação no campo. 2. Formação de professores. 3. Soberania alimentar. I. Santos, Marcelo Loures dos. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 37.035

Bibliotecário(a) Responsável: Iury de Souza Batista - CRB6/3841



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Juscimara dos Santos Honorato

Educação do campo: caminhos para soberania alimentar e formação continuada de professores da rede pública do território dos inconfidentes em Minas Gerais

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de pedagoga

Aprovada em 04 de Janeiro de 2022

Membros da banca

Dr. Marcelo Loures dos Santos - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. José Rubens Lima Jardimino - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Dr. Marcelo Loures dos Santos, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 04/01/2022



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Loures dos Santos, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/01/2022, às 19:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0264487** e o código CRC **5B71A471**.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: Caminhos Para Soberania Alimentar e Formação Continuada de Professores da Rede Pública do Território dos Inconfidentes em Minas Gerais

Juscimara Santos Honorato¹

Marcelo Loures dos Santos²

Resumo: O presente artigo tem o intuito de apresentar o projeto de extensão intitulado “Educação do Campo: Caminhos para Soberania Alimentar e Formação Continuada de Professores da rede pública do Território dos Inconfidentes”, desenvolvido pelo grupo GiraCampo no ano de 2020, vinculado ao Programa Institucional UFOP com a Escola e ao Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. O projeto teve por objetivo desenvolver atividades de formação continuada para professores das escolas públicas do campo vinculadas às Superintendências Regionais de Ensino de Ouro Preto e de Ponte Nova e fortalecer a discussão sobre a temática da Soberania Alimentar no Território dos Inconfidentes em Minas Gerais. Com encontros de formação e desenvolvimento de atividades educativas sobre o tema, as escolas desenvolveram planos de ação pedagógicos articulados aos conteúdos curriculares obrigatórios. As atividades propostas visavam a construção de mapas dos alimentos produzidos pelas comunidades escolares. A proposta metodológica foi a pesquisa participante, que consiste em incluir a comunidade ou sujeitos pesquisados na pesquisa, valorizando a reflexão coletiva da ação. Esperou-se com isso, auxiliar na formação dos profissionais das escolas do campo de maneira contextualizada e comprometida com as realidades locais e contribuir para que as escolas se tornem um espaço de referência para as comunidades no desenvolvimento da agricultura familiar.

Palavras-chave: Educação do Campo; Formação de Professores; Soberania Alimentar.

Formação Continuada de Professoras (es) em Educação do Campo no Território dos Inconfidentes

Este artigo busca apresentar e registrar a experiência de um projeto de extensão universitária desenvolvido no ano de 2020 pelo grupo de pesquisa sobre a educação do campo do território dos Inconfidentes, GiraCampo, que tinha por objetivo a formação continuada de professores das escolas públicas que atuam em escolas estaduais do campo. Naquele momento, as escolas se deparavam com uma contradição: o retorno do Brasil ao mapa da fome, verificada nas comunidades escolares atendidas, e as dificuldades enfrentadas pelas escolas para comprar

¹ Discente do curso de pedagogia – Universidade Federal de Ouro Preto

² Docente do Departamento de Educação - Universidade Federal de Ouro Preto

os alimentos da agricultura familiar local pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

As atividades previstas para a forma presencial foram adaptadas para o enfrentamento da situação de isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19, orientando-se para as plataformas virtuais. Tendo como direcionamento metodológico a metodologia da pesquisa participante, foi constituída uma equipe ampliada de trabalho envolvendo técnicos da Superintendência de Ensino de Ouro Preto (SRE-OP), professoras/es e diretoras/es das escolas para discutir e acompanhar o desenvolvimento da proposta neste novo contexto e sua implementação nas comunidades escolares. A proposta que se redesenhou na equipe ampliada apostou na realização de atividades escolares voltadas para o levantamento de informações sobre a alimentação nas famílias e comunidades.

Enquanto espaço formativo, compreendia-se que a temática, os objetivos e a metodologia convergiam para os princípios da Educação do Campo, ou seja, uma perspectiva que articula conhecimentos curriculares com as demandas concretas do contexto, voltada para uma perspectiva transformadora da realidade e que se utiliza de metodologias que reconheçam o protagonismo dos sujeitos.

Nesse sentido, o presente artigo, se organizará em quatro partes, sendo retratados na primeira a questão da insegurança alimentar no Brasil, histórico e conceitos da Soberania Alimentar, bem como as políticas públicas para a agricultura familiar, suas contribuições e limites. Na segunda parte, será discutida a articulação entre essas políticas e a educação do campo. Na terceira parte será apresentado o projeto de formação em foco, seu contexto, a metodologia e os resultados obtidos. Por fim, será realizada uma breve análise da experiência como proposta formativa para profissionais da educação em escolas do campo.

Insegurança Alimentar no Brasil

A questão do acesso e qualidade da alimentação no Brasil demonstra uma face das desigualdades sociais que foram acentuadas no ano de 2020 com a pandemia da Covid-19. O país voltou ao Mapa da Fome mundial, onde saiu recentemente no ano de 2014 segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO ONU). A saída do mapa da fome só foi possível devido às políticas públicas em torno da agricultura familiar que garantiram a produção e abastecimento internos. Por volta de 2016, o país já apresentava sinais do agravamento da situação da Segurança Alimentar, fato que a partir de 2018 só se agravou. Entre o ano de 2018 e 2020 o número de brasileiros em situação de fome quase dobrou,

passando de 10,3 milhões para 19,1 milhões (Inquérito Oxfam, 2021). Na área rural, o acesso aos alimentos se deu principalmente pela diminuição da produção para a comercialização devido à diminuição da compra dos produtos agrícolas e com isso a perda da renda para aquisição e subsídios para a produção.

Segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, segurança alimentar é quando se tem acesso ao alimento em quantidade e qualidade suficientes. Já a insegurança alimentar é classificada em três níveis: leve - quando se perde a qualidade dos alimentos, moderada - quando há restrição e falta de acesso ao alimento - e grave - que é a fome.

No ano de 2020 o Brasil apresentou aumento nos casos de insegurança alimentar leve e moderada, conforme tabela:

Tabela: Porcentagem Segurança e Insegurança Alimentar no Brasil em 2020

Domicílios com Segurança Alimentar	44,8%
Domicílios com Insegurança Alimentar Leve e moderada	55,2%
Geral- Domicílios com Insegurança Alimentar Grave - Fome	9%
Área Rural-Domicílios com Insegurança Alimentar Grave - Fome	12%

Fonte: Autores/OXFAM

Os conceitos de Segurança Alimentar e Soberania Alimentar

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional está relacionado aos direitos humanos essenciais, cabendo ao Estado garantir o direito à alimentação para a população através da implementação de políticas públicas de acesso à mesma. Esse acesso pode ser desenvolvido de diversas formas como a distribuição direta de alimentos por meio de cestas básicas, tíquetes de refeição, restaurantes populares subsidiados ou programas de renda para compra (STEDILE; CARVALHO, 2012). As políticas para a Segurança Alimentar, visam o acesso ao alimento

principalmente por vias monetárias, ou seja, o acesso se dá pela compra e venda e correm o risco de tornar o alimento uma mercadoria sujeita aos interesses dos mercados mundiais e das grandes indústrias alimentícias que controlam a produção, distribuição e venda dos alimentos. No Brasil houve algumas iniciativas para o acompanhamento da implementação dos programas de Segurança Alimentar como a criação da Campanha Nacional de Abastecimento (CONAB) em 1990, a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 1993 e a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 1994.

O conceito de Soberania Alimentar surge em 1996 na Cúpula Mundial sobre a Alimentação e se refere à garantia de produção de alimentos através de condições, recursos e apoio para a população produzir seus alimentos básicos e adequados à sua cultura alimentar em seu próprio território. A Soberania Alimentar, como o nome sugere, vê o alimento como condição fundamental para garantir a vida, como prioridade e direito soberano por parte do Estado. É o direito ao acesso e produção de alimentos nutritivos, condizentes com a dieta alimentar local e hábitos alimentares, organizados e distribuídos de acordo com a demanda interna da população.

A soberania alimentar dá prioridade à produção e ao beneficiamento de alimentos pelas economias locais e nacionais, outorgando o poder de produção e oferta alimentar aos camponeses, aos agricultores familiares, aos pescadores artesanais e às diversas formas de pastoreio tradicional. (...) a produção alimentar, a distribuição e o consumo, assim como o modelo tecnológico, sobre a base da sustentabilidade ambiental, social e econômica. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p 723)

As políticas públicas desenvolvidas no Brasil tiveram um importante papel para se caminhar em direção à soberania alimentar, voltadas principalmente para o fortalecimento da agricultura familiar. A expressão “agricultura familiar”, apesar de apresentar interpretações não homogêneas, passa a caracterizar os pequenos agricultores (com área de até 4 módulos fiscais), cuja mão de obra utilizada é basicamente familiar e tem na produção agrícola sua principal fonte de renda.

Nos anos 1990, a partir da organização dos movimentos sociais do campo, o Estado brasileiro foi compelido a reconhecer a importância da agricultura familiar por sua capacidade produtiva, com especial ênfase na produção de alimentos. Diante desta situação, criou-se em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – a primeira política pública voltada para este movimento emergente com a finalidade de fornecer crédito e

apoio institucional aos agricultores familiares (SCHNEIDER, 2003). É considerada uma das mais importantes políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no Brasil.

Uma vez que a política agrícola brasileira ancorava-se nos princípios da competitividade e da agricultura empresarial (CORDEIRO et al., 2003, apud Silva, 2010), a criação do PRONAF, mesmo que não representasse uma mudança global nas políticas agrícolas, foi um avanço político na correlação de forças do campo, demarcando outra possibilidade de compreender as relações de produção a partir de um público até então fora das agendas políticas, e outras práticas produtivas, como a cooperação e o associativismo, tendo como pressupostos a sustentabilidade, a solidariedade e a democracia social e política (Silva, 2010).

As políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar se justificam historicamente pelos dados apresentados nos Censos Agropecuários. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 demonstraram que os principais produtos da cesta básica de alimentos eram provenientes da agricultura familiar (IBGE, 2006). Kageyama et al. (2013) apontaram que a produção da agricultura familiar representava 52% do total de alimentos produzidos no país. A análise dos dados do Censo Agropecuário de 2017 por Aquino (2021) mostram que 76,8% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil são da Agricultura Familiar, embora ocupem 23% da área total e ocupem 67% da população trabalhadora rural. Esses dados revelam a concentração de terras e a baixa empregabilidade da agricultura patronal. O Censo Agropecuário de 2017 evidencia também que apesar desses dados, os recursos destinados à agricultura familiar pelas políticas públicas agrícolas entre 2002 e 2018 para o crédito rural como um todo nunca superou 20%, o que explica em grande parte a desigualdade entre estes setores no campo. Ainda assim, a Agricultura Familiar é responsável pela produção de boa parte dos alimentos básicos (11% do arroz, 42% do feijão, 80% mandioca, 64% leite de vaca etc.) segundo o Censo Agropecuário de 2017, tendo importante papel na segurança alimentar da população brasileira.

Nesse sentido, os programas orientados pelos princípios da Agricultura Familiar foram adaptados para fortalecer esta forma de produção, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ou criados, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Embora seja anterior ao PRONAF, sendo criado em 1981, o PNAE altera seus pressupostos a partir da Lei no. 11947/09, instituindo que ao menos 30% dos recursos do FNDE para a aquisição de alimentação escolar, de estados ou municípios, devem ser comprados “da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, tendo prioridade as comunidades tradicionais e os assentamentos da reforma agrária” (COSTA, AMORIM JR & SILVA, 2015, p. 116).

Segundo Triches (2015), um ano após a lei, 47,4% dos municípios brasileiros já adquiriam alimentos da agricultura familiar para o PNAE, havendo um aumento contínuo nos dois anos posteriores. Afirma ainda que

A partir do momento em que a gestão passou a ser realizada pelas escolas ou Entidades Executoras (EE) com a instituição dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) no nível municipal, houve modificações substanciais na qualidade da alimentação escolar. (TRICHES, 2015, p. 195)

O PAA foi criado em 2003, como desdobramento de discussões iniciadas na década de 1990 no Brasil sobre a segurança alimentar e nutricional e o efetivo reconhecimento da Agricultura Familiar na agenda política do Estado. O programa preconiza a aquisição dos produtos de agricultores familiares e repassa-os a programas públicos que atendem pessoas em situação de risco alimentar (GRISA, 2010). Segundo Grisa (2010), cerca de 18,8 milhões de pessoas, ou seja, 28,7% das pessoas em situação de insegurança alimentar no Brasil foram beneficiadas com os alimentos em 2010, demonstrando a importância do Programa para a soberania alimentar no Brasil. (GRISA, 2010).

Além do fortalecimento da Agricultura Familiar e sua contribuição para a Soberania Alimentar, o PAA, junto com os outros programas, representa a possibilidade de “mudança de uma matriz produtiva e de consumo”, pela valorização da policultura, relegadas a um segundo plano com a modernização da agricultura, bem como a “garantia e criação de novos mercados, no resgate e fortalecimento de práticas e produtos tradicionais e regionais”. Deve ser considerado que o incentivo à produção e consumo de alimentos regionais favorece a preservação da cultura local, que foi desvalorizada com a matriz das commodities. Segundo Assis (2020) a construção de novos mercados para agricultores familiares a partir do PAA permite ainda valorizar produtos locais e regionais, aumentar a renda familiar e repercute no desenvolvimento local. Nessas condições, contribuem para aquisição de bens e serviços essenciais, o que pode inferir positivamente na qualidade de vida.

As análises das políticas públicas para a soberania alimentar indicaram, no entanto, que um de seus principais limites era sua falta de divulgação. As faltas de informações sobre essas políticas dificultavam seu conhecimento enquanto proposta e oportunidade de fortalecimento do agricultor familiar, que poderia encontrar neles um apoio para a produção e reprodução de seu modo de vida.

Para os autores deste artigo, a escola do campo teria um importante papel não apenas na divulgação dessas informações, mas no aprofundamento do diálogo com as comunidades escolares sobre a soberania alimentar, suas políticas públicas e a educação do campo.

A educação na construção de um projeto de campo e de sociedade

Concomitante às reivindicações dos STRs e Movimentos Sociais do Campo por políticas agrícolas, a Educação do Campo emerge como uma possibilidade de construção de uma escola mais articulada com as características e demandas dos povos do campo. Na luta pelo desenvolvimento de políticas públicas para o campo, as reivindicações pela educação do campo avançaram significativamente nos últimos 30 anos, como uma bandeira para o fortalecimento da identidade camponesa, da agricultura familiar e para um novo projeto de país (ESMERALDO et al, 2017).

Segundo Caldart (2012, p. 257) a educação do campo visa incidir sobre a política de educação “desde os interesses sociais das comunidades camponesas”. No entanto, um dos principais desafios para a implementação de uma educação do campo, principalmente para os anos finais do ensino fundamental, médio e EJA, é a articulação destas demandas apresentadas pelos povos do campo com uma nova proposta de campo, voltada para seu desenvolvimento. A participação da escola na divulgação, na formação técnica e esclarecimento sobre o papel social destes programas é considerado como uma atribuição fundamental da escola.

A luta pela educação do campo, portanto, não é uma reivindicação apenas por escola. Assim como os movimentos pela educação popular, a luta pela educação do campo tem como objetivo a organização dos povos do campo e o desenvolvimento de formas de produção que respeitem sua identidade e autonomia. Caldart (2001) afirma que este projeto educativo não cabe na escola, sendo dever da escola expandir-se para dar conta das demandas dos projetos para o campo brasileiro. Em suas especificidades, as escolas do campo devem se orientar para o exercício de um modo de formação humana compatível com a realização deste projeto.

Construídas pelos movimentos sociais do campo em diálogo com o Estado, a proposta da Educação do Campo possibilita a alteração da realidade do campo para uma matriz mais inclusiva, ambiental e socialmente, com respeito à diversidade social e cultural, oferecendo alternativas viáveis para os povos que desejam permanecer, retornar ou se instalar no campo. Em alguns estados brasileiros, como é o caso de Minas Gerais, a legislação exige que escolas que atendam a uma maioria da população do campo, sejam consideradas escolas do campo. Segundo as diretrizes que passam a orientar estas escolas, os conteúdos ministrados devem

atender aos Parâmetros Curriculares Nacionais, mas em diálogo com a realidade da comunidade em que se insere (MINAS GERAIS, 2015).

Neste sentido, a questão levantada para este é compreender e apresentar o lugar da educação do campo neste movimento para a transformação da realidade do campo. Compreendemos que há dois desafios fundamentais, separados aqui exclusivamente por finalidades didáticas: objetivos técnicos; objetivos políticos.

Por objetivos técnicos compreendem-se as ações voltadas para superar os limites colocados por Grisa (2010) para a ampliação do acesso às políticas. Neste sentido, a escola deveria favorecer a instrumentalização da população do campo para a compreensão das políticas, organização e administração da produção de alimentos da agricultura familiar segundo demandas locais ou geração de novas possibilidades, socialização de técnicas desenvolvidas na localidade e em outros lugares, com especial ênfase em experiências agroecológicas, sempre se apropriando dos conteúdos curriculares correspondentes a cada modalidade educativa.

Por objetivos políticos compreendemos a discussão e a defesa dos princípios que caracterizam a agricultura familiar camponesa e a articulação de redes de trocas de informações, de afirmações, de posições, que fortaleçam um projeto emancipatório de Campo. Estudos apontam que a rede de relações interinstitucionais favorece o bom funcionamento do PAA, especialmente em localidades nas quais as relações entre estado e sociedade civil são mais democráticas (GRISA, 2010).

Um dos desafios da educação do campo é reconhecer diferentes concepções emancipatórias, mas que estejam ancoradas no reconhecimento e diálogo com as bases materiais da vida no campo. A dimensão teórica e política têm importância ao exigir reconhecimento e o cumprimento dos direitos fundamentais, mas encontrará dificuldades em operar as transformações ensejadas se tomadas em si, isoladamente, sob o risco de tornar-se uma ideologia, no sentido marxiano do termo. A articulação da escola com as temáticas específicas do campo, mais especificamente, seu modo de produzir e reproduzir a vida, pode potencializar o acesso e, com isso, os benefícios trazidos pelas políticas públicas para a agricultura familiar. Esta perspectiva orientou a proposta que será apresentada.

Contexto do Projeto

Desde 2017, o Grupo de Pesquisa e Ação em Educação do Campo do Território dos Inconfidentes (GiraCampo) vem acompanhando as escolas estaduais e municipais da rede

pública de ensino na implementação das Diretrizes da Educação do Campo. Neste período, estabeleceu parcerias com outros grupos de extensão e pesquisa como o Núcleo de Estudos de Agroecologia da Região dos Inconfidentes (NEA/UFOP) e instituições que trabalham com a Educação do Campo na região, como a Escola Família Agrícola Paulo Freire (EFAP) e a Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto.

As atividades do GiraCampo junto às escolas do campo revelaram que a maioria das escolas do campo do Território dos Inconfidentes não conseguiam comprar sequer os 30% da Agricultura Familiar, como exige o PNAE. Não obstante, alguns municípios próximos, como Barra Longa e Guaraciaba, com medidas simples conseguiram elevar a compra institucional dos produtos da Agricultura Familiar para acima de 80%.

Diante desse cenário, no dia 25 de outubro de 2019, realizou-se na Escola Família Agrícola Paulo Freire (EFAP), localizada na Comunidade de Boa Cama, no município de Acaiaca, em Minas Gerais, o “Encontro Regional de Educação do Campo: Caminhos para Soberania Alimentar e Formação Continuada”. O principal objetivo do encontro foi realizar uma caracterização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), apontando as experiências em desenvolvimento, ações realizadas e os desafios para a sua efetivação no Território dos Inconfidentes.

Participaram do evento, além dos integrantes do GiraCampo e da EFAP, o Centro de Referência em Empreendedorismo e Cooperativismo da Universidade Federal de Viçosa (CREC/UFV), diretores e discentes de escolas da região, representantes das prefeituras de Acaiaca e Barra Longa, Organizações não governamentais e técnicos de Assistência Técnica em Extensão Rural, bem como produtores de associações e cooperativas da agricultura familiar. Este encontro buscou o fortalecimento de parcerias, o levantamento de informações para as próximas ações de extensão dos grupos e a efetivação do PNAE nas escolas do Território dos Inconfidentes.

Os participantes propuseram o desenvolvimento de ações que, em suas especificidades, contribuíssem para estes objetivos. O GiraCampo, a partir de sua experiência prévia com a formação de professores do município de Mariana no programa Escola da Terra, propôs-se a contribuir com a formação de professoras (es) da rede pública de ensino do Território do Inconfidentes, estabelecendo como tema gerador para a formação a Educação do Campo e a Soberania Alimentar com foco na agroecologia e fortalecimento da agricultura familiar.

O projeto: objetivos, pressupostos e método

A partir desse encontro foi construído o projeto de extensão “Educação do Campo: Caminhos para Soberania Alimentar e Formação Continuada de Professores da rede pública do Território dos Inconfidentes. Participaram inicialmente 6 escolas do campo das cidades de Barra Longa (1), Diogo de Vasconcelos (1), Mariana (3) e Ouro Preto (1). O projeto propunha a formação continuada de professoras/es do campo atuantes nas redes estadual e municipais de educação sob a jurisdição da SRE de Ouro Preto e da SRE de Ponte Nova.

Inicialmente as atividades seriam realizadas de forma presencial, porém, ante a necessidade de isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19, tinham que ser adaptadas para o formato remoto. Tendo como orientação metodológica a Pesquisa Participante, foi constituída uma equipe ampliada de trabalho envolvendo técnicos da Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto (SREOP), representantes de professoras/es das escolas participantes e as diretoras dessas escolas. A equipe de trabalho, por meio de encontros remotos, redesenhou a proposta e apostou na realização de atividades escolares voltadas para o levantamento de informações sobre a alimentação nas famílias e comunidades do campo atendidas pelas escolas.

A metodologia de trabalho que foi desenvolvida teve duas referências básicas: (1) os conteúdos e propósitos do programa “Quintais Produtivos: Projeto Escola Agroecológica”, desenvolvido pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e (2) a metodologia de formação do Programa Escola da Terra, desenvolvido pelo MEC/SECADI nos anos 2017, 2018 e 2019 pela FaE/UFMG. Este projeto pretendeu, a partir do cuidado e da discussão do tema da agroecologia e da agricultura familiar, que as escolas realizassem um levantamento da produção de alimentos nas comunidades, produzindo uma Cartografia dos Alimentos, conforme a metodologia adotada pelo Programa Escola da Terra.

Enquanto espaço formativo, compreendia-se que a temática, os objetivos e a metodologia convergiam para os princípios da Educação do Campo, ou seja, uma perspectiva que articula conhecimentos curriculares com as demandas concretas do contexto, voltada para uma perspectiva transformadora e que se utiliza de metodologias que reconheçam o protagonismo dos sujeitos.

O grupo de trabalho se reuniu remotamente para organização dos materiais do curso de formação, orientações para os cursistas e criação de um cronograma para as reuniões. A discussão no grupo de trabalho permitiu às professoras e diretoras trazerem e inserirem informações sobre as comunidades escolares que tiveram um papel crucial no direcionamento e construção das atividades desenvolvidas no projeto, como a situação de insegurança alimentar dos estudantes e a necessidade de prestar contas à comunidade escolar sobre as atividades desenvolvidas pelos educadores durante a pandemia (antes do retorno às atividades remotas de forma síncrona). As discussões no grupo de trabalho também trouxeram informações importantes sobre a linguagem, o volume de informações e o formato dos roteiros de entrevista que seriam aplicados por estudantes junto a seus pais. Os técnicos da SRE de Ouro Preto fizeram um levantamento dos conteúdos do Currículo Mineiro que se articulavam com as temáticas abordadas no projeto, criando um arquivo que foi compartilhado com as professoras participantes do projeto. Após as discussões no grupo de trabalho, foi elaborada a proposta de atividade a ser apresentada para as/os cursistas e desenvolvida pela escola junto aos estudantes.

Após os encontros, a equipe de trabalho apresentou a proposta de trabalho consolidada para as/os cursistas, organizada em três momentos principais: (1) formação de educadoras/es; (2) desenvolvimento de duas atividades pedagógicas complementares com estudantes sob o formato de levantamento de informações e; (3) divulgação dos resultados para a comunidade escolar.

Os encontros virtuais com as/os cursistas se iniciaram com uma reunião para apresentação da proposta de ação do projeto e preparação para os momentos de formação que ocorreriam no mês seguinte. Foi explicitada a metodologia de trabalho e os ambientes virtuais de formação. Também foram criadas pastas de arquivos virtuais para compartilhamento dos materiais de leitura básicos e complementares e orientações metodológicas como a articulação dos conteúdos das atividades pedagógicas com as indicações do Currículo Referência de Minas Gerais.

Foram realizados dois encontros formativos com as temáticas do projeto. O primeiro com o tema “Experiências com Cartografias Sociais com a Agricultura Familiar” e o segundo “Soberania Alimentar (referências do Currículo Referência de Minas Gerais- CRMG). Ambos com professores convidados. Tais encontros tinham por objetivo oferecer uma formação teórico-prática sobre a Soberania Alimentar e sobre Cartografias, de modo a pensar como os temas poderiam ser abordados com as/os estudantes, quais habilidades e competências dos currículos educativos estariam sendo contempladas, que ferramentas pedagógicas poderiam ser utilizadas e que conteúdo dentro de cada disciplina poderia ser abordado.

Após os encontros formativos, foi disponibilizado às/aos cursistas roteiros diferenciados para coleta de dados com estudantes e suas famílias, diretoras/es das escolas e, quando possível, agricultoras/es das comunidades. Cada uma das seis escolas participantes no projeto, a partir da modalidade e disciplina oferecidas por suas/seus professoras/es cursistas, adaptou e enviou os roteiros para que suas/seus estudantes realizassem as entrevistas. O formato variou entre formulários virtuais para as pessoas que as escolas sabiam que teriam acesso e entre questionários impressos que foram entregues junto com os Planos de Estudos Tutorados (PET) ou Cadernos de Atividades Municipais, que foram as alternativas educativas vivenciadas no período em que as aulas presenciais se encontravam suspensas.

A partir do recebimento das respostas das entrevistas foi solicitado às educadoras/es cursistas que fizessem uma breve análise dos resultados, elaborando assim Mapas dos Alimentos das Escolas e Comunidades. As questões levantadas pelas informações coletadas e analisadas deveriam ser aprofundadas e, assim, foi proposto a elaboração de intervenções a partir de Planos de Ação Pedagógicas (PAP) com a temática da Alimentação e Soberania Alimentar, a ser implementado nas escolas como atividades auxiliares aos materiais fornecidos pelos sistemas de ensino para o ensino remoto

Cartografia do consumo de alimentos e hábitos alimentares

A primeira prática pedagógica proposta foi mapear a origem dos alimentos das casas dos estudantes com sensibilização e reflexão sobre a alimentação saudável a partir de perguntas estruturantes: O que são os alimentos? Qual sua importância? Que alimentos consumimos? De onde vêm estes alimentos? Quem os produz? Como são produzidos? O que poderia ser feito para melhorar a produção de alimentos na região? Assim, o roteiro de entrevista com a comunidade escolar, propunha levantar os hábitos alimentares, meios de aquisição de alimentos, compreensão sobre alimentação saudável e percurso produtivo do alimento, segurança alimentar, produção de alimentos na comunidade etc. e construir um mapa dos hábitos e produção alimentar nas comunidades camponesas. Havia também um roteiro direcionado aos estudantes cujos pais eram agricultores familiares, onde constava o tipo de produção e comercialização da mesma. Junto ao roteiro foram elaboradas tabelas para facilitar e orientar as respostas para a coleta de dados. Como segue na Figura x um exemplo utilizado para saber a origem dos alimentos:

Figura 1 - Tabelas de dados para obtenção da origem dos alimentos nas casas das/estudantes

1- Compro

2- Cultivo/Produzo em casa

3- Troco

Modo	Produto	Onde/ De quem
1	Arroz	Na Merceria Dois Irmãos

Modo	Produto	Onde/ De quem
2	Mexerica	No meu quintal

Modo	Produto	Onde/ De quem
	Arroz	
	Feijão	
	Milho verde	

Modo	Produto	Onde/ De quem
	Polvilho	
	Vinagre	
	Óleo	

Fonte: Arquivo do projeto, 2020.

As (os) professoras (es) foram orientadas (os) a avaliar se a linguagem estava adequada para seus estudantes; se as questões levantadas poderiam desenvolver habilidades e competências relacionadas à sua disciplina; se poderia organizar essas atividades de forma que os estudantes pudessem participar mais ou utilizar diferentes formas de linguagem e diferentes meios de comunicação.

Cartografia dos alimentos na escola: A segunda entrevista realizada pelas (os) cursistas visava o mapeamento da alimentação na escola e tinha por objetivos conhecer sobre o programa de aquisição de alimentos, suas oportunidades e desafios; construir um mapa sobre o percurso do alimento identificando quem produz, os recursos envolvidos e apresentar circuitos curtos e longos de comercialização; reconhecer e divulgar a cultura e a diversidade alimentar. As entrevistas foram realizadas com auxiliares de cozinha, direção da escola e setor de merenda das secretarias municipais para obter informações sobre os alimentos consumidos, seu preparo, sua origem, o processo de compra; a importância e os desafios de comprar dos agricultores locais e a interferência da situação do contexto atual da pandemia nessa questão de fornecimento da alimentação escolar.

Para além do resultado das entrevistas foi orientado às/aos cursistas a pesquisa e leitura de materiais complementares sobre o tema como o levantamento de dados sobre a produção da agricultura familiar e a compra do PNAE pelas secretarias de educação e escolas, acompanhar o ciclo dos alimentos do processo produtivo ao consumidor e verificar alimentos produzidos por agricultores locais.

Apresentação das Atividades Desenvolvidas pelas Escolas

A cada mês o Grupo de Trabalho e os grupos das escolas se reuniam para avaliar o andamento dos trabalhos, apontando as dificuldades enfrentadas na implementação da proposta, apresentando as estratégias pedagógicas adotadas em cada etapa e apresentando os resultados obtidos. Cada escola colocava suas questões e o GT auxiliava no que fosse necessário.

Para o último encontro do projeto foi solicitado às escolas que fizessem uma apresentação de suas atividades e um balanço sobre as contribuições e dificuldades enfrentadas, especialmente no que se refere às ações durante a pandemia. Embora houvesse uma proposta de trabalho, as escolas desenvolveram as atividades de acordo com o número de docentes envolvidos, do acesso aos estudantes, não havendo uma cobrança no que se refere ao cumprimento de todas as ações. Uma das escolas integrou o projeto a uma atividade ao seu Projeto Político Pedagógico, ampliando-a e adotando a temática.

Outra escola desenvolveu as atividades em conjunto com um projeto já em andamento na unidade, onde o objetivo era fortalecer a identidade camponesa através da sensibilização da comunidade na importância das hortas familiares. Trabalhou a importância da agricultura familiar na escola, através de vídeos e nos meios de comunicação criado pela escola; estimulou a participação das/os agricultoras/es fornecedoras/es da agricultura familiar; identificou produtos locais. As ações foram divididas entre as diferentes áreas do conhecimento e a escola realizou materiais diversos e encontros virtuais para a divulgação dos resultados e formação dos estudantes, como por exemplo, seminários virtuais temáticos com participação de equipe escolar, estudantes e familiares e parceiros do projeto.

Uma das escolas criou um mapa com a produção de alimentos nas diferentes épocas do ano das comunidades rurais e um jornal com fins pedagógicos e de divulgação com as informações coletadas. Além de também promover encontros em diferentes formatos com entrevistas de profissionais na área de nutrição.

Exemplo de gráfico produzido a partir dos resultados das entrevistas dos estudantes:

Figura 2: Gráfico produzido por uma das escolas participantes a partir das respostas das entrevistas com estudantes e famílias sobre cultivo de alimentos em casa



Fonte: Arquivo do projeto, 2020.

Figura 3: Gráfico produzido por uma das escolas participantes a partir das respostas das entrevistas com estudantes e famílias sobre criação de animais



Fonte: Arquivo do projeto, 2020.

As divulgações dos resultados do levantamento de informações para as comunidades escolares tinham por objetivo sensibilizar seus integrantes para a temática da alimentação saudável e circuitos produtivos, além de divulgar o PNAE e provocar reflexões sobre possibilidades produtivas nas comunidades e nas propriedades (quintais produtivos). Em linhas gerais, as atividades estavam orientadas para o conhecimento da comunidade escolar, da participação dos estudantes no desenvolvimento de estratégias para levantar, sistematizar e divulgar informações, informar, sensibilizar e intervir junto sobre temáticas relevantes para o desenvolvimento local, em uma perspectiva sustentável.

O projeto para as escolas

Foi solicitado uma breve avaliação às escolas e cursistas ao término das atividades do ano por meio de um formulário virtual enviado por correio eletrônico. Avaliaram a experiência com o projeto ressaltando os aspectos dos materiais e conteúdo da formação teórica, a relação com a equipe do projeto, sobre o desenvolvimento das atividades pedagógicas e recepção das/os estudantes e contribuições para a formação profissional docente.

Sobre a formação para os educadores consideraram que o projeto foi muito relevante, pois ampliou os espaços de formação para quem atua na educação do campo. O aprendizado obtido e o trabalho coletivo proposto desde o início do projeto também foram ressaltados, assim como o conhecimento sobre as realidades locais das escolas, das/os estudantes e localidades do campo. Com isso, apontaram que o projeto os motivou e mostrou muitas possibilidades de trabalho e que ainda tem muito o que aprender e estudar em uma constante formação alinhada à prática profissional.

Para as escolas consideraram que houve uma aproximação e fortalecimento da escola com as comunidades em que se situam. Também conseguiram conhecer melhor sobre a produção de alimentos em suas proximidades e pensar em formas de melhoria da aquisição de alimentos da agricultura familiar local. Perceberam com as atividades que conseguiram sensibilizar estudantes e responsáveis para a importância de plantar, principalmente quem mora e tem propriedade em áreas rurais. Pontuaram que conseguiram enxergar a importância das comunidades do campo na produção de uma alimentação saudável, valorizando a produção local e cultural. A ampliação dos espaços de discussão sobre a importância da agricultura familiar na composição da alimentação escolar também foi mencionada nas avaliações, tanto como meio de fortalecimento da agricultura local como o acesso a alimentos saudáveis.

O projeto fortaleceu o processo de construção da identidade da escola do campo pela comunidade escolar, tema muito debatido e sempre um desafio para as/os educadoras/es. O envolvimento de todos da escola, o reconhecimento da identidade da escola como escola do campo e o conhecimento desta identidade por todos foi um dos aspectos que as escolas consideraram de grande importância na experiência com o projeto.

Para as práticas pedagógicas consideraram importante a abordagem temática de modo integrado a partir das áreas de conhecimento e em diálogo com o Currículo Mineiro, articulando as habilidades e os conteúdos previstos e, ampliando ainda mais em relação aos materiais do ensino remoto. A relevância do projeto se deu principalmente com a adesão e participação das/os estudantes e das comunidades com as atividades promovidas pelas escolas, pois oportunizou o conhecimento alinhado às necessidades dessas populações campesinas.

As escolas apontaram que houve uma abertura de visão sobre as possibilidades de vida e trabalho no campo. Para as famílias meios de se obter renda através da agricultura familiar e aumento da produção nas comunidades com foco em meios mais sustentáveis de uso e trato da terra, saúde e agroecologia. Outro ponto muito importante foi a retomada da valorização da terra que possuem não apenas como meio possível de produção e criações diversas, mas como espaço de moradia com qualidade de vida e conservação da diversidade cultural das comunidades e seus modos de vida.

Também foi solicitado nas avaliações que dissessem sobre as dificuldades enfrentadas. Apareceu, principalmente, as mudanças postas em decorrência do isolamento social, onde não só as práticas educativas tiveram que se adaptar para o ambiente fora da escola como também as questões de natureza pessoais e familiares das/os estudantes e educadoras/es. Sobre a questão da compreensão das atividades educativas as/os educadoras/es perceberam que seus estudantes tinham muito medo de dar opinião ou se expor, inicialmente. Tinham dificuldades na leitura e compreensão sem orientação mais direta, esgotamento familiar para auxiliar nos estudos e falta de conhecimento do assunto limitavam em partes a participação em algumas atividades. Não deixaram de citar a falta ou dificuldade de uso das plataformas digitais e acesso a conexão de internet pelas/os estudantes, visto que nem todas as comunidades tinham recursos tecnológicos adequados para a interação em ambiente virtual.

Para as escolas o maior desafio foi manter contato constante com as/os estudantes, de maneira a saber se estavam conseguindo realizar e entender as atividades. Assim tendo pouco contato direto com estudantes e suas comunidades, as/os educadoras/es tinham pouco retorno sobre as atividades, mesmo dos que tinham algum contato pelos meios digitais, tendo pouca adesão ao projeto, considerando o número total de estudantes das escolas. Também foi

apontada a grande extensão territorial de algumas cidades, com a impossibilidade de ir pessoalmente a todas as comunidades rurais para entrega e recolhimento dos materiais do projeto impressos para quem não tinha acesso por meio digital.

Considerações Finais

Perante do exposto e da importância das experiências aqui trazidas, esse projeto teve como intuito fortalecer a discussão da Soberania Alimentar nas escolas municipais e estaduais do campo através da caracterização do modo de vida camponês nas comunidades escolares do campo tendo o alimento como tema. Vemos a importância da inserção do tema Soberania Alimentar nas atividades escolares como eixo gerador, visto que a questão alimentar e de acesso ao alimento tem se tornado uma questão preocupante para o momento histórico presenciado. Consideramos a contribuição para que as escolas do campo sejam espaços de referência nas comunidades para a discussão e orientação em torno da agricultura familiar.

O educador brasileiro Paulo Freire, apresenta dentro das pesquisas em educação, a preocupação de encontrar a realidade concreta para poder atuar na comunidade em questão, ou seja, além de todos os fatos e dados que podem ser levantados, tem-se de levar em conta que há uma população ali envolvida, fazendo com que suas experiências cotidianas se tornem conhecimento. (Brandão, 1999, p. 35). Com isso, acreditamos que fazer o registro da experiência do projeto, que foi construído coletivamente com diversos profissionais atuantes no meio educacional do território escolhido, é um compromisso e valorização com o que foi realizado e produzido.

Pontuamos que a execução desse projeto foi um início de reflexão acerca do tema proposto como parte de projetos educativos na região e as experiências vivenciadas podem fortalecer práticas educativas contextualizadas para as escolas do campo.

Tendo o projeto surgido em encontro promovido dentro da IX Semana Paulo Freire em outubro de 2019, na EFA Paulo Freire, a organização da X Semana Paulo Freire propôs que o penúltimo encontro de avaliação das atividades desenvolvidas pelas escolas fizesse parte da agenda do evento em outubro de 2020, um ano após a proposta inicial. Tornando-se este não apenas mais uma vez um espaço para a discussão dos desafios para a educação do campo no território, mas também um espaço formativo para a discussão de diferentes temáticas transversais à educação do campo, como a agroecologia, soberania alimentar e a agricultura familiar.

Desse (re) encontro com parceiros reforçou-se mais uma vez o compromisso com a educação do campo e sua vocação dialógica e freiriana para a transformação e desenvolvimento local, sendo definido ali a continuidade do projeto para o ano de 2021.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Joacir Rufino. Agriculturas Familiares e Sistemas Agroalimentares (aula 6), In II Escola Virtual de Inverno do GEPAD-UFRGS. 2021. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil. Disponível em <<https://youtu.be/3tr6vKhpEtY>>. Acesso em 22 jul.2021.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). *Por uma Educação do Campo*. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ASSIS, Silmara Christina Rodrigues. Programa de Aquisição de Alimentos e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. UFV, Viçosa/MG, 2021.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Nova LDB (Lei no 9394/96). Rio de Janeiro: Qualithmark Editora, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação do Campo: marcos normativos. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), 2012.

HENRIQUES, Ricardo; MARANGON, Antonio; DELAMORA, Michiele; CHAMUSCA, Adelaide. Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas (Cadernos SECAD 2). Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), 2007.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). *Por uma educação do campo*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 89-131.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, R.S; PEREIRA, I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S.; CERIOLI, P. R.; KOLLING, E. J. (Org.). Educação do campo: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo/ Coleção Por Uma Educação do Campo, nº4, 2002.

CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. (Org.). Princípios e perspectivas da agroecologia. 1.ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011. v.1. 192 p.

ESMERALDO, G. G. S. L., MOLINA, M. C., & ANTUNES-ROCHA, M. I. (2017). O fortalecimento da identidade camponesa: repercussões do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária nos Estados do Ceará, Minas Gerais e Paraná. *Educação & Sociedade*, 38(140), 569-585. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017180449>

FAO. O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional. Relatório 2014. Brasília, 2014.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor na ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GHUR, D. M. P.; TONÁR, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo, Expressão Popular, 2012. p. 59-66.

GUANZIROLI, C. E. S.; CARDIN, E. C. S. FAO/ INCRA. Retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto (Relatório, 74p., 2000). Censo 2010. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Pnad, 2010.

LE BOTERF, Guy. Pesquisa Participante: Propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre. 2002. v. 3, n. 1, p. 36-51.

MINAS GERAIS. Diretrizes da Educação do Campo do Estado de Minas Gerais. Minas Gerais: Secretaria do Estado de Educação, 2016.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - *EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2014. (Estudo Técnico 1).

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). VIGISAN: *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>

SÁ, Lais Mourão; MOLINA, Mônica; BARBOSA, Anna Izabel Costa. A produção do conhecimento na formação dos educadores do campo. In: *Em Aberto*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). v. 1, n. 1, 2012.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar. In: CALDART, R. S. et al (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.714/723.

TRICHES, Rozane Márcia. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural, In: *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2015.
